



Mecanismos de Governança nas Aglomerações Urbanas da Região do Norte Fluminense

Autores: Caroline Saboia, Nilo Lima de Azevedo

O processo de descentralização política ocorrido no Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe um novo desenho para o federalismo pátrio, tornando os municípios entes federados. Com isso, os municípios passaram a ter um poder decisório administrativo, político e financeiro, o que lhes conferiu grande autonomia. Essas competências recém adquiridas causaram um grande número de emancipações municipais e, devido ao grau de autonomia que esses municípios agora possuem os outros entes – União e estados membros – encontram muito mais dificuldades para intervir nas políticas locais, a fim de que haja cooperação intermunicipal e uma coordenação das políticas públicas para resolução de problemas comuns ou mais universais. O instrumento privilegiado institucionalmente para resolução de problemas intermunicipais são os chamados consórcios públicos, que possibilitam a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios se organizarem para a realização de objetivos de interesse comum. O IBGE, em uma publicação de 2015, “Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil”, identifica alguns arranjos populacionais, e um deles é a de Cabo Frio, Macaé e Campos dos Goytacazes, municípios base de análise dessa pesquisa. Baseado nesse contexto, o presente trabalho objetiva apresentar o estudo de como se opera a cooperação intermunicipal no aglomerado urbano acima citado, trazendo a análise da governança conjunta desses municípios. A metodologia utilizada foi o levantamento da bibliografia relacionada ao tema, assim como uma pesquisa documental relacionada ao planejamento dos municípios abordados tanto das legislações, como também dos documentos institucionais disponibilizados pelas prefeituras e pelo governo do estado do Rio de Janeiro sobre o assunto a fim de identificar os mecanismos de cooperação já existentes na aglomeração urbana instituída pelo IBGE. As políticas públicas, que tratam de uma gestão intermunicipal, selecionadas para a pesquisa foram: a de resíduos sólidos, a de mobilidade urbana intermunicipal e a de gestão das águas (lagoas e bacias hidrográficas). Até o momento foram identificados consórcios em todas as áreas de pesquisa, sendo a próxima etapa da pesquisa a análise de eficácia dos mesmos.

Palavras-chave: Federalismo, Cooperação Intermunicipal, Aglomeração Urbana.

Instituição de fomento: CNPq, FAPERJ, UENF